

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.160 - ES (2019/0355393-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : FRANCISLENY DO NASCIMENTO SAL (PRESO)  
**ADVOGADO** : SAMUEL CLETO DE SOUSA - ES022194  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DA RECORRENTE. PETIÇÃO RECURSAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISLENY DO NASCIMENTO SAL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo proferido no HC n.º 0014798-06.2019.8.08.0000.

A Paciente foi presa preventivamente no dia 12/02/2019, em razão da Operação Comando, que tem vários alvos (vinte e uma pessoas) e foi deflagrada para desestruturar uma das maiores organizações criminosas responsáveis por homicídios, roubos e tráfico de drogas no Município de Cariacica/ES.

A denúncia imputou-lhe a prática dos crimes previstos nos arts. 2.º da Lei n.º 12.850/2013, 33, c.c. o art. 40, incisos IV e VI, e 35 da Lei n.º 11.343/2006. Consta da inicial acusatória que (fl. 27):

*"Tal investigação permitiu identificar que os DENUNCIADOS, por um período indeterminado, mas seguramente até o dia 19/02/2019 – data da deflagração da fase ostensiva da 'Operação Comando' de forma organizada, contínua e com divisão de tarefas, integraram a facção criminosa Primeiro Comando da Capital, conhecida como PCC, planejando e executando crimes de toda ordem, em especial o tráfico de entorpecentes, a associação para o tráfico, homicídios, furto de veículos, posse e porte de armas; tudo com o fim específico de obterem lucros ilícitos no território do Estado do Espírito Santo."*

O pedido de revogação da prisão preventiva foi indeferido.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual,

# *Superior Tribunal de Justiça*

cuja ordem foi denegada nos termos do acórdão assim ementado (fl. 364):

**"HABEAS CORPUS – INTEGRANTE DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL – MÃE DE TRÊS MENORES – PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR – SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA – INVIÁVEL A CONCESSÃO – ORDEM DENEGADA.**

1. *O caso em apreço traz uma casuística singular. Os crimes imputados são de extremá gravidade, sendo a paciente suspeita de integrar o Primeiro Comando da Capital (PCC), exercendo função de 'GERAL DO PROGRESSO' para o desenvolvimento do tráfico em cidades do estado. Tal circunstância, inclusive, expõe os próprios filhos, direta ou indiretamente, a situações de risco e inadequação ambiental.*

2. *A concessão do benefício no contexto do entendimento do STF não tem aplicabilidade automática, de forma que não é 'carta em branco'.*

3. *Considerando também a preocupação com os menores impúberes, além da nocividade à segurança e à incolumidade pública perpetrada pela facção, entendo inviável a concessão da prisão domiciliar à paciente, posto que sua situação verifica-se como excepcionalíssima, uma das exceções à concessão do benefício.*

4. *Pelas mesmas razões, não há como negar a existência de fundamentos para a prisão preventiva, com devido embasamento no artigo 312 do CPP, tendo sido o magistrado a quo cuidadoso com a: análise dos fatos. Da mesma forma, nítido é que são insuficientes e inadequadas medidas cautelares diversas.*

**5. ORDEM DENEGADA."**

No presente recurso, a Recorrente sustenta, inicialmente, que a ausência dos requisitos para a decretação da prisão preventiva, pois *"a simples fundamentação de que a Paciente supostamente pertenceria ao grupo denominado PCC, sendo acusada por isso pelos delitos do art. 33, 35, Lei 11.343/06, e 2º, Lei 12.850/13, não é suficiente para afastar a concessão da medida, uma vez que a fundamentação exarada se vale da gravidade em abstrato do crime, afrontando princípios constitucionais, especialmente da presunção de inocência, descartando inclusive o fato de que ela não possui qualquer registro criminal, no sentido de trazer perigo à garantia da ordem pública"* (fl. 382).

Argumenta que é mãe de três filhos menores, *"que dependem exclusivamente de seus cuidados, restando sujeitos a toda sorte de infortúnios em sua ausência"* (fl. 376). Invoca o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC n.º 143.641/SP.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a sua imediata soltura.

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*. A Recorrente não acostou aos autos cópia da decisão que decretou a sua prisão preventiva, o que obsta o exame da controvérsia. Saliento que o *decisum* que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva da Recorrente, bem como da substituição por prisão domiciliar, não é suficiente para a apreciação do constrangimento alegado.

Como se sabe, **compet**e à Defesa **narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Recorrente não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do pedido.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora